



CONCURSO PÚBLICO

sem publicidade internacional

[Nos termos do art.º130º e seguintes do Código Contratos Públicos, aprovado pelo
Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de Janeiro, na sua atual redação]



CADERNO DE ENCARGOS

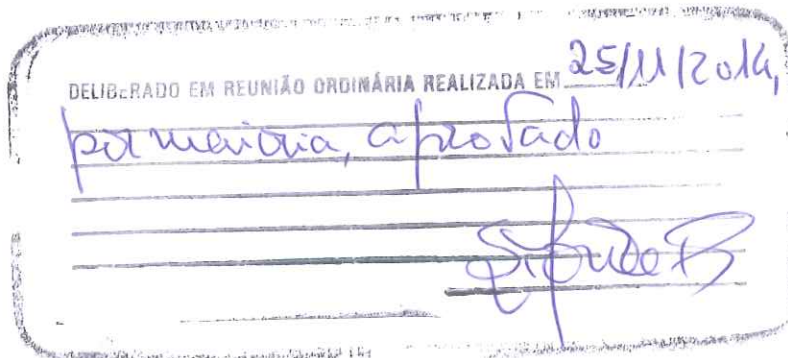
Aluguer Operacional de uma VIATURA COMBINADA LIMPA FOSSAS

Procedimento com a referência:

25 2014 DAG-C CP AluguerOperacional

Valor base para efeitos do presente procedimento é de 190.500,00 Euros, para vigência de 30 meses

O Presidente da Câmara
(João Duarte Anastácio de Carvalho)





CADERNO DE ENCARGOS

Índice

PARTE I CLÁUSULAS JURÍDICAS	4
Capítulo I – Disposições gerais	4
Cláusula 1. ^a – Objeto	4
Cláusula 2. ^a – Contrato	4
Artigo 3. ^o – Preço base	5
Cláusula 4. ^a – Prazo de vigência do contrato	5
Capítulo II – Obrigações contratuais	5
Secção I - Obrigações do Fornecedor	5
Subsecção I - Disposições gerais	5
Cláusula 5. ^a – Obrigações principais do fornecedor	5
Cláusula 6. ^a – Atualizações Jurídico-Comerciais	6
Cláusula 7. ^a – Conformidade e operacionalidade dos bens	7
Cláusula 8. ^a – Local e condições de entrega dos bens	7
Cláusula 9. ^a – Receção do equipamento	7
Cláusula 10. ^a – Formação de operadores	8
Subsecção II - Dever de sigilo	11
Cláusula 21. ^a – Objeto do dever de sigilo	11
Cláusula 22. ^a – Prazo do dever de sigilo	12
Secção II - Obrigações do Município da Lourinhã	12
Cláusula 23. ^a – Preço contratual	12
Cláusula 24. ^a - Condições de pagamento	12
Capítulo III - Penalidades contratuais e resolução	13
Cláusula 25. ^a – Penalidades contratuais	13
Cláusula 26. ^a – Força maior	14
Cláusula 27. ^a – Resolução por parte do contraente público	15



Município da Lourinhã
Câmara Municipal

25 2014 DAG-C CP AlugerOperacional

Cláusula 28. ^a – Resolução por parte do adjudicatário.....	15
Capítulo IV - Resolução de litígios.....	15
Cláusula 29. ^a – Foro competente.....	15
Capítulo V - Caução.....	16
Cláusula 30. ^a – Caução.....	16
Capítulo VI - Disposições finais.....	16
Cláusula 31. ^a – Subcontratação e cessão da posição contratual.....	16
Cláusula 32. ^a – Comunicações e notificações.....	16
Cláusula 33. ^a – Contagem dos prazos.....	16
Cláusula 34. ^a – Legislação aplicável.....	16
PARTE II CLÁUSULAS TÉCNICAS	18
ESPECIFICAÇÕES E REQUISITOS TÉCNICOS	18



CADERNO DE ENCARGOS

PARTE I | CLÁUSULAS JURÍDICAS

Capítulo I – Disposições gerais

Cláusula 1.^a – Objeto

1 – O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto o “**Aluguer operacional de uma viatura combinada Limpa Fossas de desobstrução de coletores**”, nos termos da Parte II das cláusulas técnicas do **Anexo I** – Especificações e Requisitos Técnicos, ao presente Caderno de Encargos.

2 – O objeto do contrato encontra-se definido com Vocabulário Comum para os Contratos Públicos, com os seguintes códigos de CPV 66151000 – 3, Serviços operacionais de mercado financeiro, nos termos do Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de Novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia n.º L 74, de 15 de Março de 2008, que altera o Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), e as Diretivas do Parlamento Europeu e do Conselho 2004/17/CE e 2004/18/CE, relativas aos processos de adjudicação de contratos, no que respeita à revisão do CPV.

Cláusula 2.^a – Contrato

1 – O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e pelos seus anexos.

2 – O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:



- a) Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- c) O presente caderno de encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª – Preço base

O preço base do procedimento, estabelecido para o caderno de encargos, para os efeitos decorrentes do disposto no art.º 47.º do CCP, é de **EUR: 190.500,00** (cento e noventa mil e quinhentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 4.ª – Prazo de vigência do contrato

1 – O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de **30 meses**, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

2 – O aluguer operacional a realizar no âmbito do contrato deverá ser integralmente executado no prazo proposto, só se tornará efetivo após celebração de contrato a escrito.

Capítulo II – Obrigações contratuais

Secção I - Obrigações do Fornecedor

Subsecção I - Disposições gerais

Cláusula 5.ª – Obrigações principais do fornecedor



1 – Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos, nomeadamente nas cláusulas técnicas, ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de cedência do equipamento combinado de desobstrução de coletores para uso pelo Município da Lourinhã, incluindo impostos, manutenção e reparação, bem como todas as despesas e encargos necessários à execução do contrato, de forma a manter o equipamento e veículo em perfeitas condições de utilização, durante o prazo de duração do contrato;
- b) Obrigação de manutenção preventiva e curativa, e fornecimento de consumíveis;
- c) Obrigação de formação do pessoal diretamente envolvido na operação do equipamento combinado de desobstrução de coletores a alugar, incluindo os principais sistemas que o constituem;
- d) Obrigação de disponibilização de equipamento de substituição em caso de avaria com duração igual ou superior a uma semana;
- e) Obrigação de manter a proposta pelo prazo de 66 dias contados da data do termo do prazo fixado para apresentação de propostas.

2 – A título acessório, o fornecedor fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao fornecimento dos bens, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 6.ª – Atualizações Jurídico-Comerciais

1 – O adjudicatário deve comunicar ao Município da Lourinhã, qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato, e que altere, designadamente:

- a) Os poderes de representação dos seus mandatários no contrato;
- b) A sua denominação e sede social;
- c) A sua situação jurídica;
- d) A sua situação comercial.

2 – O adjudicatário obriga-se durante a vigência do contrato a manter regularizadas as obrigações fiscais para com o Estado Português e as obrigações contributivas no âmbito do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social Português, ou do Estado de que seja nacional ou onde se encontre estabelecido.



Cláusula 7.ª – Conformidade e operacionalidade dos bens

- 1 – Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotado de todo o material de apoio complementar.
- 2 – É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.
- 3 – O adjudicatário é responsável perante o Município da Lourinhã por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens são entregues.

Cláusula 8.ª – Local e condições de entrega dos bens

- 1 – Os bens objeto do presente contrato devem ser entregues:
 - Estrada Nacional 247 – Km 14,400 Casal Novo – 2530-094 Lourinhã (Parque de máquinas e oficinas e gestão de frotas da autarquia).
 - O prazo de entrega não poderá ser superior a 30 (trinta) dias seguidos a contar da data da assinatura do contrato.
- 2 – O adjudicatário obriga-se a disponibilizar simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, todos os documentos em língua portuguesa, que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles.
- 3 – Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos, para o local da entrega, são da responsabilidade do adjudicatário.

Cláusula 9.ª – Receção do equipamento

- 1 – Após a entrega preceder-se-á à vistoria do equipamento e, reconhecendo-se que o mesmo está de acordo com as condições exigidas, elaborar-se-á de imediato um auto de receção, que será assinado por representante da entidade adjudicante e do adjudicatário.
- 2 – A assinatura do auto a que se refere o número anterior não isenta o adjudicatário das obrigações relativas ao bem entregue, nos termos da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de produtos de consumo e das garantias a ela relativas no que respeita à responsabilidade e obrigações do adjudicatário e do produtor e aos direitos do consumidor.
- 3 – Se na vistoria se verificar que o equipamento não se acha nas condições estabelecidas, não será o mesmo recebido, o que constará do auto que se elaborará, ficando o adjudicatário obrigado a proceder, no prazo que lhe for indicado, à substituição dos elementos defeituosos e



aos trabalhos necessários para eliminar todos os defeitos, e só depois de outra vistoria, se se verificar que tudo se encontra nas condições devidas, se procederá à receção do equipamento.

4 – Para efeitos da vistoria referida no ponto 1, o adjudicatário efetuará todos os ensaios e demonstrações compatíveis com as características do equipamento que a comissão de receção julgar necessários para verificação das suas características e funcionamento, manobrabilidade, segurança e robustez.

Cláusula 10.^a – Formação de operadores

1 – O concorrente incluirá na sua proposta um programa de formação do pessoal afeto a operação e manutenção preventiva do equipamento a fornecer.

2 – O programa a apresentar deve referir o plano de formação contendo uma respetiva carga horária de 35 horas, para o mínimo de 3 operadores.

Cláusula 11^a – Horas de trabalho

1 – Estima-se que o equipamento efetue 1.250 horas de trabalho, no que diz respeito à bomba de alta pressão, e 1.750 horas no que diz respeito à bomba de vácuo, ao longo dos 30 meses de duração do aluguer, pelo que deverá ser esse o valor a considerar para efeitos do contrato.

2 – Para efeitos de cálculo das revisões da viatura, estima-se que o número de horas e quilómetros acumulados corresponderá a 40.000 km/ano, ou seja, 100.000km/30 meses.

3 – Em caso de avaria do conta-horas (e independentemente de se promover a sua imediata reparação), calcular-se-á o percurso diário do equipamento em função do número médio de horas trabalhadas diariamente até ao momento da avaria, imputando-se ao equipamento esse número médio diário enquanto a avaria se mantiver.

Cláusula 12^a

Especificações de manutenção e reparação

1 – Serviços de manutenção e reparação:



- 1.1 Constitui obrigação do adjudicatário a manutenção e reparação do equipamento combinado de desobstrução de coletores, ao longo dos 30 meses do aluguer, independentemente das horas que o equipamento venha a trabalhar nesse período.
- 1.2 Estão englobados nos serviços* de manutenção e reparação:
 - a) As revisões e manutenção a realizar com a periodicidade preconizada pelo fabricante, incluindo a mão-de-obra e materiais necessários, bem como eventuais atestos e afinações necessários entre duas operações do programa de manutenção;
 - b) As reparações mecânicas, elétricas da viatura e superestrutura, incluindo mão-de-obra e materiais necessários, resultante de avarias que decorram de falhas e desgastes em consequência do uso normal.
 - c) A substituição de baterias.
- 1.3 Não está englobado nos serviços de manutenção:
 - a) A reparação e/ou substituição de pneus;
 - b) O fornecimento de combustível;
 - c) A substituição de tubo de alta pressão, tubo de sucção, jatos e outros acessórios, cujo desgaste prematuro seja devido a erros ou inadequada operação.
- 2 – Intervenção de reparação:
 - O prazo máximo para início de intervenção em caso de avaria será de três dias úteis.
 - O adjudicatário disponibilizará equipamento de substituição em caso de avaria com duração igual ou superior a uma semana.
 - Se os tempos de imobilização do equipamento forem iguais ou superiores a 5% do prazo contratual haverá lugar a disponibilização de equipamento por período equivalente ao somatório dos tempos de imobilização. Entende-se por tempos totais de imobilização a soma dos dias de imobilização por avaria, ou por razões imputáveis ao adjudicatário, em que não tenha ocorrido substituição do equipamento. Não estão incluídos os dias considerados no programa de manutenção (revisões).

Cláusula 13ª

Seguros

Os encargos com os seguros serão da responsabilidade do Município da Lourinhã. O Município da Lourinhã deverá informar o adjudicatário sobre as apólices de seguro em vigor relativamente ao equipamento alugado.

Cláusula 14ª

Sinistros



O Município da Lourinhã obriga-se a informar o adjudicatário, por qualquer meio escrito, sobre data, hora e local em que, eventualmente, o equipamento tenha sofrido sinistro.

Cláusula 15ª

Inspeções obrigatórias

Caberá ao adjudicatário promover e suportar o pagamento de quaisquer eventuais inspeções, que legalmente se mostre necessário realizar.

Cláusula 16ª

Perda ou destruição total

- 1 – Em caso de perda ou destruição total do equipamento, caduca o contrato de aluguer, cessando para o Município da Lourinhã, a obrigatoriedade de pagar o valor total ou parcial do aluguer mensal respetivo.
- 2 – Caso a entidade adjudicante tenha celebrado seguro com cobertura de danos próprios, será o adjudicatário indemnizado diretamente pela companhia de seguros.
- 3 – No caso de a entidade adjudicante não ter celebrado seguro com esta cobertura, esta indemnizará o adjudicatário com base no valor estimado indicado na proposta.
- 4 – Em caso de furto, roubo ou sinistro, a decisão que considere o equipamento perdido ou destruído deverá ser tomada nos seguintes prazos:
 - a) Caso exista seguro com cobertura de danos próprios, findo o prazo em que a companhia de seguros, nas condições da respetiva apólice, considere definitivamente perdido o equipamento;
 - b) Caso não exista seguro com essa cobertura, no prazo máximo de 5 dias úteis após a participação do sinistro ao adjudicatário.

Cláusula 17ª

Impostos

É da responsabilidade do adjudicatário o pagamento anual de todos os impostos que à data do início do aluguer incidam sobre a utilização do equipamento locado, devendo o valor do aluguer mensal englobar tal pagamento.

Cláusula 18ª

Restituição do equipamento



- 1 – Decorrido o período de aluguer, o equipamento será restituído ao adjudicatário no mesmo local em que foi entregue, comprometendo-se o adjudicatário a retirá-lo no prazo de 10 dias, das instalações municipais.
- 2 - Será verificado por representantes do adjudicatário e do Município da Lourinhã no momento da restituição o estado em que o equipamento se encontra e o número de horas respetivas, elaborando-se auto de restituição que conterà esses elementos.

Cláusula 19ª

Estado do equipamento

O equipamento será novo, ou com o máximo de 25 horas de trabalho, resultantes de ensaios. Não são aceites veículos com ano de matrícula anterior a 2014.

Cláusula 20ª

Outros serviços e procedimentos

Para além das definições dos serviços e condicionantes já solicitados no caderno de encargos, poderão os concorrentes definir o conjunto de outros serviços e procedimentos que entendam necessários à execução do objeto de concurso.

Subsecção II - Dever de sigilo

Cláusula 21.ª – Objeto do dever de sigilo

- 1 – O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município da Lourinhã, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2 – A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3 – Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.



Cláusula 22.^a – Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres, legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II - Obrigações do Município da Lourinhã

Cláusula 23.^a – Preço contratual

1 – Pelo aluguer objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do caderno de encargos, o Município de Lourinhã deverá pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, não podendo, em qualquer caso, ser superior a **EUR: 190.500,00** (cento e noventa mil e quinhentos euros), pelo prazo de 30 meses, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 – O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município da Lourinhã, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

3 – O Município da Lourinhã assegurará o abastecimento de combustível, a lavagem e limpeza do equipamento e compromete-se a efetuar os seguintes procedimentos:

- a) Solicitar com antecedência as revisões de manutenção definidas pelo fabricante;
- b) Comunicar qualquer avaria que o equipamento venha a sofrer;
- c) Comunicar, no prazo de cinco dias úteis, qualquer acidente que se tenha registado com o equipamento alugado.

Cláusula 24.^a - Condições de pagamento

1 – As faturas deverão ser enviadas mensalmente para o Município de Lourinhã – Coordenação Financeira, Praça José Máximo da Costa, 2530-850 Lourinhã, com a indicação do número sequencial da ficha de compromisso, sem o qual a mesma não poderá ser aceite.

2 – As quantias devidas pelo Município da Lourinhã, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 (trinta) dias após a receção das respetivas faturas.

3 – Em caso de discordância por parte do Município de Lourinhã, quanto aos valores indicados nas faturas, deverá este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos,



ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.

4 – Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, a fatura é paga através de Cheque ou Transferência Bancária.*

Capítulo III - Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 25.ª – Penalidades contratuais

1 – Caso o adjudicatário não proceda à entrega do equipamento no prazo contratualmente estabelecido, ser-lhe-ão aplicadas até à sua entrega ou até à rescisão do contrato, as seguintes multas diárias:

- a) 1‰ (um por mil) do valor (sem IVA) do fornecimento para a totalidade dos 30 meses, por cada dia de atraso, nos primeiros 10 dias de atraso;
- b) 2‰ (dois por mil) do mesmo valor, por cada dia de atraso, a partir do 11º dia de atraso;
- c) A partir do 21º dia o Município reserva-se o direito de rescindir o contrato;
- d) As multas, na sua globalidade, não poderão exceder 20% do valor (sem IVA) do total da adjudicação.

2 – Se o adjudicatário, em caso de avaria do equipamento, não iniciar a reparação do mesmo no prazo de três dias úteis ou se o prazo de reparação for igual ou superior a uma semana, nos termos da cláusula 12ª, obriga-se a fornecer ao Município de Lourinhã um equipamento de substituição com características semelhantes ao que aguarda início de reparação ou conclusão de reparação e até ao momento em que seja iniciada ou concluída a reparação, conforme o caso.

3 – Se o adjudicatário não disponibilizar um equipamento substituto, para os efeitos do disposto no número anterior, poderá o Município de Lourinhã enquanto não se iniciar ou concluir a reparação, promover o aluguer de um equipamento equivalente, cujo custo será abatido no valor do aluguer mensal a liquidar ao adjudicatário. O adjudicatário será informado dos custos de aluguer e deverá dar o seu aval no prazo máximo de 24 horas, ou apresentar alternativa.

4 – O disposto nos dois pontos anteriores apenas terá aplicação quando o equipamento se encontre imobilizado por razões funcionais.



Cláusula 26.^a – Força maior

1 – Não podem ser impostas sanções ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 – Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 – Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;

e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 – A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 – A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.



Cláusula 27.^a – Resolução por parte do contraente público

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município da Lourinhã, pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente a partir de 21.º dia de atraso no cumprimento, por parte do adjudicatário, de qualquer das obrigações contratuais, bem como qualquer uma das situações previstas na lei ou declaração escrita do adjudicatário de que o atraso respetivo excederá esse prazo.

2 – O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinada pelo Município da Lourinhã.

Cláusula 28.^a – Resolução por parte do adjudicatário

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando

a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida, ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, incluindo os juros.

2 – O direito de resolução é exercido por via judicial, nos termos da Clausula 29.^a.

3 – Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município da Lourinhã, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4 – A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Capítulo IV - Resolução de litígios

Cláusula 29.^a – Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.



Capítulo V - Caução

Cláusula 30.^a – Caução

1 – De acordo com o estabelecido no n.º2 do art.º 88.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) não é exigível a prestação de caução no âmbito do presente procedimento.

2 – O Município da Lourinhã, se o considerar conveniente, procederá à retenção de até 10% dos valores dos pagamentos a efetuar, nos termos do nº 3 do artigo 88º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

Capítulo VI - Disposições finais

Cláusula 31.^a – Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação e a cessão da posição contratual por parte do adjudicatário carecem de autorização, por escrito, da entidade adjudicante, nos termos do disposto no Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 32.^a – Comunicações e notificações

1 – Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 – Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 33.^a – Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 34.^a – Legislação aplicável

Em tudo o omissa ou que suscite dúvidas no presente contrato, reger-se-á pela legislação portuguesa em vigor, nomeadamente:



1. Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, aprovado pelo Código dos Contratos Público na sua redação atual;
2. Lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a elas relativas no que respeita à conformidade dos bens objeto deste contrato, à responsabilidade e obrigações do fornecedor e do produtor e aos direitos do consumidor;
3. Código do Procedimento Administrativo, na sua redação atualizada;
4. Restante legislação aplicável.



PARTE II | CLÁUSULAS TÉCNICAS

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES E REQUISITOS TÉCNICOS

A viatura deverá possuir no mínimo as características técnicas que a seguir se apresentam.

Viatura

- Chassis de 19 toneladas;
- Potência ≥ 360 hp;
- Cilindrada ≥ 12500 cm³;
- Nº cilindros: 6;
- Norma ambiental \geq Euro 5;
- Lugares de cabine: 3;
- Equipamento: ar condicionado.

Cisterna

- Em Aço Carbono;
- Tipo combinado (misto);
- Capacidade: 9.000 litros;
- Com divisória amovível, para pelo menos 2 repartições;
- Sistema de descarga através da divisória amovível;
- Porta de descarga com abertura hidráulica;
- Fecho hidráulico da porta de descarga;
- Racor de aspiração/descarga Ø 100 mm;
- Visor de nível com escova de limpeza;
- Cilindro para elevar a cisterna até 1 metro para operações de manutenção.



Equipamento

- Braço giratório 270º, telescópico até 1500mm, acionado a partir de quadro de comandos;
- Bomba de Aspiração/Expulsão de palhetas com caudal igual ou superior a 1600 m3/hora, montada sobre bandeja deslizante e com acionamento por correias a partir da tomada de forças do camião. Embraiagem electropneumática, silenciador;
- Bomba de Alta Pressão com caudal igual ou superior a 345 litros/minuto e de pressão igual ou superior a 200 bar, montada sobre bandeja deslizante e com acionamento por correias a partir da tomada de forças do camião. Embraiagem electropneumática. Acionada no quadro de comandos central. Alarme óptico e acústico por falta de água;
- Bobine mangueira alta pressão para pelo menos 120 mt de mangueira de 1" Ø, rotativa 180º;
- Bobine secundária com pelo menos 60 metros de mangueira de ½" Ø;
- Sistema de trasfega constituído por bomba com pelo menos 900 lt/min;
- Dois quadros de comandos:
 - 1.º - Principal - com todos os elementos de controlo e acionamento.
 - 2.º - Secundário - com os elementos de controlo e acionamento básicos, montado sobre a bobine basculante.
- Duas bandejas para mangotes de ambos os lados;
- Armário para acessórios de portas rebatíveis com fecho;
- Caixa para desperdícios de 80 litros, basculante;
- Foco de trabalho montado sobre a bobine basculante;
- Luz de advertência giratória (frente e traseira);
- Câmara de vídeo auxiliar de manobras;
- Acessórios a incluir:
 - Jacto de limpeza;
 - Jacto de desobstrução;
 - Jacto combinado;
 - Jacto tipo "bico de pato" para limpeza de areias;
 - Mangueira de enchimento de Ø 50 com 10 metros;
 - 10 Lances de tubo de aspiração com 2,5 metros e ligações;



- Guias de mangueira inferior e superior;
- Pistola de alta pressão;
- Sistema de inspeção vídeo portátil que permita visualizar os trabalhos de desobstrução efetuados em tubagens até 300 mm, dispondo este de 60 metros de cabo semirrígido, conta-metros, gerador de texto, cartão de memória 32 Gb, câmara e monitor a cores, bateria de lítio com duração aproximada de 2 horas e cabo de alimentação 220 V. A câmara deverá incluir emissor de sinal a 33 kHz
- Recetor de sinal de posicionamento da câmara do sistema de inspeção vídeo.